



História Conceitual na sala de aula: relato de uma experiência¹

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada e discutida na *The History of Concepts 25th International Conference*, realizada no Rio de Janeiro em 2024.

² Departamento de História – Universidade de São Paulo.

³ Reconheço uma legítima discrepância de posições em torno da melhor expressão em português para designar tal tipo de abordagem histórica: “História Conceitual”, “História de Conceitos” ou “História dos Conceitos”. Adotamos a primeira por seu caráter didático, uma vez que sua semelhança com outras como “História Econômica” (isto é, de dimensões econômicas) ou “História Política” (de fenômenos políticos) torna-a imediatamente apreensível como uma história a enfatizar realidades conceituais.

João Paulo Pimenta² 

A História Conceitual, formulada e praticada por Reinhart Koselleck e outros autores em diversas variações³, possui poderosos fundamentos não apenas como uma metodologia da História, mas também como uma teoria da História; nessa dupla condição, a História Conceitual presta-se à análise de ideias, conceitos e linguagens em distintos espaços e épocas (KOSELLECK 2020; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2023; BODEKER, 2011). Presta-se, igualmente, à reflexão em torno de teorias e práticas do ensino de História.

Nas páginas que se seguem, ofereço uma breve reflexão acerca de um ponto de intersecção entre metodologia e teoria que tem sido pouco considerado: a História Conceitual como dimensão formativa básica do historiador; em outras palavras, seu ensino e suas implicações não apenas para a formação de pesquisadores, mas também para a formação de professores e de outros profissionais da História. Faço o relato de uma experiência profissional, procurando dela extrair questões voltadas para a consideração da História Conceitual como uma abordagem que, entendendo, pode prestar excelentes serviços à ampla disseminação de formas de pensamento e ação históricos nas sociedades atuais. Sociedades estas que, a acreditarmos em reiteradas queixas de parcela significativa de historiadores e historiadoras no Brasil e em outros países, pensa pouco historicamente.

Começarei com uma breve descrição da atividade realizada, para em seguida expor e analisar seus resultados. Finalmente, encerrarei com algumas reflexões acerca da formação básica de um historiador, e das relações entre pensar conceitualmente e pensar historicamente.

*

Com base em pesquisas específicas no campo da História Conceitual (PIMENTA, 2002; PIMENTA & ARAUJO, 2009; PIMENTA 2018; PIMENTA & FANNI, 2019), minha participação em cinco edições da *Escuela de Verano Concepta Iberoamérica em Historia Conceptual* (2016-2018, 2023, 2024), no Colegio de México, constituiu uma experiência docente rica em diversos aspectos: na manutenção de uma frutífera e duradoura interlocução com colegas altamente qualificados; no contato com estudantes provenientes de diferentes países e praticantes de múltiplas disciplinas; no ensino de fundamentos da

História Conceitual, e no esforço de aproveitamento desses fundamentos para os temas específicos e variados trazidos às aulas pelos estudantes. No entanto, por se tratar de uma experiência específica (os frequentadores da escola eram majoritariamente pós-graduandos, mestres ou doutores), dela estiveram ausentes aspectos comuns da atividade docente, tais como o direcionamento da formação pretérita dos estudantes para os objetivos últimos do curso, ou o acompanhamento e a avaliação formais de seu desempenho.

Em 2024 ofereci um curso especificamente a ela dedicado para estudantes de graduação da Universidade de São Paulo onde, ao que me consta, tal curso jamais havia sido ofertado. Na USP, a graduação em História tem duração estimada entre quatro e cinco anos, ao fim dos quais os estudantes se formam pesquisadores (via Bacharelado), sendo a eles dada a opção de completar sua formação e se habilitar igualmente como professores (via Licenciatura). Muitos formados, no entanto, acabam por atuar em outros nichos do mercado de trabalho, junto a arquivos, museus, instituições educacionais e de pesquisa, ou editoras. No primeiro semestre de cada ano letivo, os estudantes frequentam aulas de disciplinas obrigatórias tradicionais, devendo no segundo escolher disciplinas eletivas complementares. Foi este o caso de História Conceitual, que contou com dois grupos que totalizaram 98 estudantes, dos quais a maioria acompanhou regularmente as aulas e entregou trabalhos finais. Nenhum deles estava em seu primeiro ano de formação, e quase todos tinham entre 18 e 24 anos, embora uma porcentagem de alunos mais experientes e já formados em outras carreiras, tenha se feito notar. Além de estudantes de História, também frequentaram o curso estudantes de Ciência Política, Sociologia, Direito, Psicologia, Letras e Biomedicina. No geral, entendo que os alunos de graduação em História da USP têm um bom nível de interesse e de comprometimento com a carreira ao nela adentrarem, são leitores contumazes e apresentam perfis politizados, embora os últimos poucos anos tenham apresentado alterações nesse quadro.

O curso de História Conceitual teve seis semanas iniciais dedicadas à discussão de fundamentos teórico-metodológicos da matéria: a historicidade de línguas, linguagens e palavras; o que são conceitos históricos, como eles podem ser identificados e analisados, e como se diferenciam de categorias analíticas; dispositivos sociais de conceitualização da realidade histórica; aspectos temporais, semânticos, gramaticais e retóricos de conceitos; possibilidades de periodização de conceitos, com ênfase na modernidade; e fundamentos analíticos de conceitos imagéticos. Outras seis semanas foram dedicadas a estudos da história de conceitos específicos: *liberdade, democracia, revolução, raça, indivíduo e história*, todos tratados, simultaneamente, em perspectiva brasileira, americana e mundial.

O curso partiu do pressuposto de que deve haver, na formação do historiador e de outros cientistas sociais, uma relação de harmonia e complemento

entre duas lógicas distintas de pensamento: por um lado, a do aprofundamento, da crítica e da dúvida, típica de um pesquisador; por outro, a da generalização, da síntese e da explicação, típica de um professor. Por isso, as leituras obrigatórias, complementares e sugeridas mesclaram autores formuladores da História Conceitual (KOSELLECK, 2006, 2014, 2020; FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2023; PALTÍ 2001; ROSANVALLON, 2010); praticantes de uma História Conceitual voltada para temas específicos (CAETANO, 2014; CAPELLÁN, 2020; ENTIN & GONZÁLEZ RIPOLL, 2014; ONCINA, 2014; ORTEGA, 2021; WASSERMAN, 2019; ZERMEÑO 2002); e outros autores de escolas de pensamento, com temas, métodos e problemas próprios que, de alguma forma, se aproximaram de formulações conceituais ou ofereceram-nas pontualmente, mas de maneira exemplar (BOURDIEU, 2022; ELIAS, 1994; FEBVRE, 1998; FOUCAULT, 1966; HUIZINGA, 2003; PANOFSKY, 1986; POCKOCK, 2003; SCHAUB, 2019; SKINNER, 2005; VERNANT, 1999). Essa mescla de autores, que em um trabalho científico custaria a compor um quadro coerente, em sala de aula contribuiu para que os estudantes pensassem uma História Conceitual não somente como algo em si, com suas possibilidades e potências próprias, mas como uma das muitas formas de se pensar a História como um todo.

As fontes documentais analisadas em sala de aula, pelos estudantes sob minha supervisão⁴, incluíram documentos de diferentes línguas, tempos e espaços: a minuta secreta de autoria atribuída ao então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e que deveria subsidiar o golpe militar tentado em 8 de janeiro de 2023; uma carta de Simón Bolívar a Guillermo White, de 1820; as introduções dos livros de Copérnico (século XVI) e de Heródoto (século V a.C.); a introdução de *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues (1932); e a entrevista de 1987 na qual Margaret Thatcher proferiu a célebre frase: “Society? There’s no Such a Thing”.

Após doze semanas de aulas, aos estudantes coube entregar, como avaliação final, um artigo científico dedicado à análise de um ou vários conceitos presentes em uma fonte específica, cabendo tais escolhas aos próprios estudantes, mas com meu acompanhamento individualizado semanal. Os artigos trataram de uma ampla gama de temas, tais como conceitos em filósofos; política, sociedade e religiosidade medievais; pensamento político europeu dos séculos XVIII e XIX; conceitos em obras historiográficas das mais variadas; manifestações racistas, eugenistas e higienistas no Brasil e em outros países no século XX; discursos e projetos feministas do mundo atual; obras literárias; constituições, leis e códigos legais; artigos e editoriais de jornais do passado e do presente etc. O curso foi encerrado com três dias de visitas ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), quando os alunos puderam desenvolver, *in loco*, análises de conceitos imagéticos mais detalhadas do que as que tinham sido realizadas em sala de aula.

*

4 E com o apoio de dois monitores remunerados e altamente qualificados: Isabela Rodrigues de Souza e Davi Perides Roziman.

De início, objetivos, conteúdos e métodos do curso pareceram de difícil manejo à maior parte de seus frequentadores. Para eles, História Conceitual era uma inteira novidade ou uma referência distante, embora alguns já tivessem tido contato com autores a ela relativos, em outros cursos. Rapidamente, porém, essa dificuldade foi sendo superada por quase todos, cada um em seu ritmo, mas também com o auxílio uns dos outros (uma parte das atividades em sala, notadamente as análises de historiografia e de fontes documentais, complementares às aulas expositivas, eram atividades em grupo). E assim o curso foi fluindo com mais segurança. Desde a primeira aula, porém, alguns estudantes já tinham demonstrado boa capacidade de identificar fenômenos conceituais com base em suas experiências no mundo atual. Foi interessante observar a vigência, entre eles, de conceitos políticos que até pouco tempo pareciam antigos e socialmente desprestigiados, como *comunismo*, *colonialismo* e *imperialismo* e que, recentemente, recobriram vigência (nesses casos, o emprego do elemento de composição *neo* pode ser suficiente para converter tais conceitos em categorias, mas não esgotará, evidentemente, o interesse pelo fenômeno social que a renovação de tais conceitos nos mostra).

O curso foi colocado em um primeiro patamar mais elevado quando, em sua quarta semana, foi longamente discutida a possibilidade de uma diferenciação entre *conceitos históricos* e *categorias analíticas*, atividade preparada a partir de um texto de Francisco Ortega (2021). Primeiro, afirmamos tal distinção de modo taxativo e normativo, para em um segundo momento tensionarmos e diminuirmos suas diferenças. O que seria *conceito* e *categoria* em um texto de Edward Gibbon ou de Max Weber, e em um manifesto histórico-político de comunidades quilombolas do Brasil atual⁵? Uma vez esmiuçada essa diferenciação, pudemos explorar suas potencialidades para uma prática bem fundamentada de História Conceitual, bem como para o aprimoramento de uma linguagem analítica própria por parte dos estudantes – questão que, sem dúvida, é uma das mais difíceis de serem enfrentadas ao longo de sua formação⁶.

Um segundo patamar elevado foi atingido quando, na quinta semana, discutimos periodizações e momentos conceituais. Nossa ênfase inicial recaiu em modernidade, modernidades e *Sattelzeit*. Na segunda parte da aula, nos dedicamos a historicizar “momentos conceituais”, estabelecendo diferenças, semelhanças, rupturas e continuidades entre momentos atuais e momentos anteriores, de preferência aqueles ainda não totalmente desaparecidos (o que implicou uma discussão de conceitualizações históricas a respeito de *passado*, *presente* e *futuro*, sempre importantes para a formação de um historiador). Valendo-nos de diferenças geracionais entre professor e estudantes, eventualmente também entre estudantes, listamos e discutimos palavras criadas recentemente, aventando a possibilidade de serem consideradas conceitos, e posicionando-as

5 “Manifesto em memória da luta do povo negro pela sua liberdade”, *Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas*, 14 de maio de 2019 (<https://conaq.org.br/>).

6 Na sala de aula, a História Conceitual pode reforçar ou mesmo permitir o diagnóstico de importantes pontos de desenvolvimento de pesquisas futuras. No caso da experiência aqui relatada, ela me fez voltar ao problema de como o Ensino de História e a produção historiográfica no Brasil do século XIX lidaram com conceitos herdados da colonização e do processo de Independência, dando lhes novos significados enquanto conceitos, mas também convertendo-os em categorias analíticas, e quais as implicações disso para nossa atual compreensão da história do país (OLIVEIRA, 2022; ARAUJO, 2022).

como hipotéticas representantes de rupturas conceituais entre uma “história do tempo presente” e a história de tempos passados. Observamos, assim, palavras mundializadas, como *pós-verdade*, *fake news*, *meme*, *bullying*, *inteligência artificial*, *clone*, mas também algumas fortemente brasileiras e latino-americanas: *panelaço*, *gordofobia*, *esquerdomacho* etc. Nesse momento, e para além de seus objetos específicos delimitados espaço-temporalmente, a história pareceu fazer sentido, para os estudantes, como forma geral de pensamento. Uma forma que, para ser ensinada por futuros professores de História, demanda uma formação rigorosa desses profissionais em termos não apenas de ensino, mas também de pesquisa histórica. Nessa tarefa, a História Conceitual se estabeleceu definitivamente, entre o grupo de estudantes, como arcabouço teórico-metodológico epistemologicamente útil e socialmente necessário.

Entendo, porém, que o curso só se consolidou de vez na sexta aula, quando tratamos de conceitos imagéticos. Na preparação dessa atividade, explorei trabalhos de Oncina (2014) e Capellán (2020), com seus diagnósticos de tentativas, ausências e possibilidades em torno de uma História Conceitual como história de imagens. O texto de leitura obrigatória, porém, foi *Estudos de Iconologia* de Panofsky (1986), dando especial atenção ao nível 2 de sua análise iconológica, que busca identificar e descrever “temas” e “conceitos” nas imagens; finalmente, ampliamos a concepção de imagem com base no chamado *pictorial turn* da década de 1980, em especial com a obra de William Mitchell (MITCHELL, 1987). Poderíamos considerar “imagens”, por exemplo, paisagens, olhares cotidianos, sonhos, imaginações literárias e cinematográficas? Tal problematização teve como ponto de partida uma simples constatação: uma sociedade se conceitualiza por meio de linguagens e palavras; mas uma sociedade se conceitualiza, também, por meio de imagens. Logo, é possível e necessário historicizar uma sociedade fazendo a história de suas conceitualizações verbais e imagéticas. Nosso ponto de chegada foi a observação empírica de que muitos conceitos possuem modalidades imagéticas explícitas (como *liberdade*, *democracia*, *revolução* ou *história*), enquanto outros possuem modalidades imagéticas mais sutis e implícitas (*raça*, *indivíduo*), ou ainda apresentam forte apelo visual carregados de conteúdos de emoção (a *guerra até a morte*, de Bolívar, ou a *independência ou morte* do Brasil). Mas há, ainda, conceitos que são essencialmente imagéticos, ou que possuem expressões imagéticas fortemente autônomas em relação a suas correspondentes expressões verbais (*vanitas*, *pietá*, *beleza*, *triunfo*, *solidão*, *futuro* etc). Também aqui acredito que o esforço de ecletismo teórico, mais bem acolhido pelo ensino do que pela pesquisa, mais à vontade em uma sala de aula do que em um texto acadêmico avaliado por pares, aponta para outros necessários futuros investimentos de pesquisa, ao menos no plano da historiografia e de temas conceituais brasileiros⁷.

7 Retornando temas específicos de minha especialidade, entendo que é necessário, por exemplo, investigar a fundo como a irradiação das redes sociais e seus conteúdos imagéticos, principalmente na última década, reforçou ou criou disputas em torno dos símbolos de fundação da nação brasileira estabelecidos e consolidados no século XIX.

Mas talvez o mais significativo resultado do curso tenha sido aquele que se espera de qualquer atividade de formação de historiadores e historiadoras: ao longo de nossas doze semanas de aulas, bem como das semanas restantes dedicadas às visitas ao museu e à elaboração dos artigos finais, foi possível observar, nos estudantes, um amadurecimento e um aprimoramento de suas formas de pensamento e expressão. Também foi possível construir pontes sólidas entre o curso de História Conceitual e outros cursos por eles frequentados, prestigiando diálogos que poucas vezes são incentivados nos ambientes excessivamente individualistas de universidades como a USP. Como corolário desse processo, foram realizados muitos artigos muito bons, bem como um número significativo de outros verdadeiramente excelentes. Este último grupo é o que constitui o dossiê ora publicado por *(entre)linhas*, com dez artigos, e que deverá ser, em breve, completado por outro, acolhido pela revista *Epígrafe*. Um dos critérios de avaliação de todos esses artigos em sua condição de trabalhos finais da disciplina foi a capacidade dos estudantes de lidarem com sua própria linguagem acadêmica, de afastar-se daquela de suas fontes como condição para explicá-las historicamente; capacidade absolutamente imprescindível quando se analisam fenômenos históricos como conceitos que são, também eles, parte de linguagens sociais.

No entanto, como a *perfeição* não existe como fenômeno absoluto universal, apenas como conceito, cumpre apontarmos um aspecto negativo relativo aos resultados do curso. A despeito dos esforços realizados de conexão com o mundo atual e com pesquisas empíricas, a História Conceitual nele tratada permaneceu – nem podia ser diferente – matéria fundamentalmente teórica (mais ainda do que metodológica), o que demandou esforços especiais de acompanhamento por parte de estudantes que vivem em um mundo cada vez mais refratário ao pensamento abstrato. Eu diria, então, que os maiores desafios que o curso teve que enfrentar não foram particularidades suas, mas manifestações que nele se fizeram presentes na condição de representativas de dificuldades em processos de ensino-aprendizagem atualmente observadas em todo o mundo: triunfo de imagens sobre palavras; decadência generalizada do nível cultural dos estudantes em termos de referências de literatura, cinema, música, artes plásticas em geral etc.; dificuldade generalizada de concentração, bem como de leitura de textos hoje considerados longos ou áridos, mas que até pouco tempo não costumavam sê-lo; e a normalização de frequências apenas esporádicas e parciais, sendo minoritários os estudantes que assistem-nas integralmente. Este foi o terceiro curso que ofereci para estudantes de graduação em que proibi celulares, computadores e outros dispositivos eletrônicos, e embora tenha percebido alguns de seus efeitos positivos sobre tal cenário, não tenho dúvidas de que se trata de uma medida apenas paliativa (pode ser que a tendência

mundial de proibição de tais dispositivos em salas de aula, assim como a restrição – ainda muito tímida, no meu entender – de acesso a redes sociais por parte de crianças e adolescentes, venha a produzir, em um futuro próximo, condições muito melhores para a formação universitária de jovens adultos). Da parte dos professores universitários, poucos parecem dispostos a reconhecer o problema, logo, a enfrentá-lo com medidas coletivas⁸.

*

Se é pertinente este diagnóstico – algo impressionista, sem dúvida – em torno da existência de um problema geral que afeta o Ensino de História no Brasil e em outros países, não cabe aqui uma reflexão acerca de possíveis reações a ele. Com isso, deliberadamente nos afastamos de uma postura excessivamente pragmática e instrumental do conhecimento histórico, muito em voga nos dias de hoje, e que pretende reduzi-lo a um manancial de “ferramentas” supostamente capazes de solucionar problemas exclusivamente do presente; ou como fonte de subsídios que permitam julgar o passado para reparar seus efeitos no presente. De minha parte, apenas entendo este relato de uma experiência como ocasião para endossar a necessidade de se estudar as muitas formas atuais de se relacionar com o passado, abordando-as inclusive em seus aspectos histórico-conceituais.

O que é, pode e deve ser a formação de um historiador apto a desempenhar sua profissão na pesquisa, no ensino ou nas demais formas de atuação contempladas por essa formação? A História Conceitual, como teoria, método ou objeto, parece firme em sua vocação de – nas palavras de Fernández Sebastián – “descontaminar” o passado das distorções a ele causadas pelo presente, assim como de fornecer a base para um historicismo radical, mas responsável, sem o qual parece impossível pensar não apenas *a* História, mas *com a* História (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN). Este relato de uma experiência pontual não se encerra com a afirmação cabal de que História Conceitual deva se constituir como disciplina básica em currículos universitários de História; mas sim com a convicção de que, onde quer que ela esteja alocada nos estudos formativos do historiador, ela tem importante papel a desempenhar.

REFERÊNCIAS:

- ARAUJO, Valdei. *A independência narrada*: introdução à história da historiografia no Brasil. Niterói: Proprietas, 2022.
- BODEKER, Hans Erich. *Begriffsgeschichte as the History of Theory*. The History of Theory as *Begriffsgeschichte*: An Essay. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (ed.). *Political Concepts and Time – New Approaches to Conceptual History*. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill, 2011, pp.19-44.

8 Professores universitários costumam ser, em termos do desempenho de seu trabalho, muito individualistas. Na USP, há um número considerável de professores que exercem a atividade docente como se ela fosse tão-somente uma espécie de preço a se pagar por sua supostamente nobre condição de pesquisadores.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2022.
- CAETANO, Gerardo. Itinerarios conceptuales de la voz ‘democracia’ en Iberoamérica (1770-1870). In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano (Iberconceptos 2)*. Bilbao/Madrid: Universidad del País Vasco/ Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, pp.15-39.
- CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo. Democracia. Iconografía política de los conceptos fundamentales de la modernidad. *Historia y Política*, 2020, pp.173-217.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ENTIN, Gabriel; GONZÁLEZ RIPOLL, Loles. La acción por la palabra: usos e sentidos de la Libertad en Iberoamérica (1770-1870). In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano (Iberconceptos 2)*. Bilbao/ Madrid: Universidad del País Vasco/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, pp.15-48.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *História conceitual no Atlântico ibérico: linguagens, tempos, revoluções*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/PUCRJ, 2023.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, s.d. (1966).
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: um estudo sobre o elemento lúdico na cultura*. Lisboa: Edições 70, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- MITCHELL, W. J. T. *Iconology: Image, Text, Ideology*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.
- OLIVEIRA, Cecília Helena. Historiografia e memória da Independência. In: PIMENTA, João Paulo (org.). *E deixou de ser colônia: uma história a independência do Brasil*. São Paulo: Almedina, 2022, pp.371-414.
- ONCINA COVES, Faustino. Memory, Iconology and Modernity: A Challenge for Conceptual History. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (ed.). *Political Concepts and Time – New Approaches to Conceptual History*. Santander: Cantabria University Press/ McGraw-Hill, 2011, pp.305-344.
- ORTEGA, Francisco. De conceptos y categorías: el caso de colonia. In: ORTEGA, F.; ACEVEDO, R.; CASANOVA, P. (eds). *Horizontes de la historia conceptual en Iberoamérica*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2021, pp.315-340.
- PALTI, Elias José. *Aporías: tiempo, modernidad, historia, sujeto, nación, ley*. Buenos Aires: Alianza, 2001.
- PANOFSKY, Erwin. *Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1986.
- PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PIMENTA, João Paulo; ARAUJO, Valdei. História - Brasil. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp.593-604.

- PIMENTA, João Paulo. History of Concepts and the Historiography of the Independence of Brazil: A Preliminary Diagnosis. *Journal of the History of Ideas*, v. 79, 2018, pp. 157-168.
- PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI: a história de um conceito, um conceito na história. *Revista de História*, 178, pp. 1-25, 2019.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Para una historia política de la raza*. Buenos Aires: FCE, 2019.
- SKINNER, Quentin. *Visões da política: questões metodológicas*. Algés: Difel, 2005.
- VERNANT, Jean-Pierre. Édipo sem complexo. In: *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999, pp.53-71.
- WASSERMAN Fabio (comp.). Hacia una historia conceptual de *revolución*. In: *El mundo en movimiento: el concepto de revolución en Iberoamérica y el Atlántico norte, siglos XVII-XX*. Buenos Aires: Miño Dávila, 2019.
- ZERMEÑO, Guillermo. *La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, 2002.

História Conceitual na sala de aula: relato de uma experiência

Resumo: Este artigo relata uma experiência de ensino de História, especificamente voltada para o ensino da chamada História Conceitual para estudantes universitários em contexto brasileiro. Propõe uma série de questões relativas à História Conceitual tomada como teoria, metodologia e tema, às relações entre seu ensino e a pesquisa histórica, e endossa a potência desse tipo de abordagem para a formação geral de um historiador.

Palavras-chave: História Conceitual; Ensino de História; Teoria da História.

History of Concepts in the Classroom: Report of an Experience with History Students

Abstract: This article reports on a history teaching experience, specifically focused on the teaching of so-called Conceptual History to university students in Brazil. It raises a series of questions related to Conceptual History as theory, methodology, and subject matter, as well as to the relationship between its teaching and historical research. Finally, it endorses the potential of this type of approach for the general education of a historian.

Keywords: Conceptual History; History Teaching; History and Theory.

Recebido em: 08 de setembro de 2025

Aprovado em: 20 de setembro de 2025
